

**ENTRE O LIBERALISMO E O INTERVENCIONISMO:
OS DESAFIOS PARA A SOCIEDADE PÓS-MODERNA**

*BETWEEN LIBERALISM AND INTERVENTIONISM:
CHALLENGES FOR THE POST-MODERN SOCIETY*

*Josiane Brugnera Siqueira **

*Valdenir José Dotto ***

Resumo: É no intuito de discutir como se processa a linha de pensamento entre o Liberalismo e o Intervencionismo que foi redigido este artigo. Não se entra aqui no mérito da defesa da intervenção ou não do Estado na esfera econômica. Ambas são defensáveis por si só, tanto o Liberalismo quanto o Intervencionismo apresentam argumentos próprios para sua defesa, pretende-se aqui, apenas conhecê-los e reconsiderá-los nos argumentos de autores como Keynes e Polanyi. O Liberalismo e Intervencionismo possuem vários representantes, porém, é nossa pretensão depreender dos autores aqui estudados, os elementos essenciais para a sua compreensão tendo em vista que a escola pós-keynesiana, assim como Keynes, defendem um papel permanente para o governo na economia, não se confundindo com a simples substituição dos mercados privados pela ação do Estado na determinação do investimento.

Palavras-chave: Liberalismo. Intervencionismo. Economia.

Abstract: This article was wrote with intention of discuss how to process the line of thought between the Liberalism and the Interventionism. Do not enter here the merits of the defence of intervention or not the state in the economic sphere. Both are itself defensible, as the Liberalism as the Interventionism presents their own arguments for your defense, the objective here is only knowing them and reconsidering them in the arguments of authors like Keynes and Polanyi. The Liberalism and Interventionism possess several representatives, however, It is our pretension to loosen of the authors studied here, the essential elements for your understanding, bearing in mind that the post-keynesian school, as well as Keynes, they defend a permanent role for the government in the economy, not confused with the simple replacement of private markets with the action of the State in the determination of the investment.

Key words: Liberalism. Interventionism. Economy.

* Mestre pela UNIJUÍ (RS). Especialista em Direito Processual Civil. E-mail: josibrugnera@yahoo.com.br.

** Mestre pela UNIJUÍ (RS). Graduado em Estudos Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco, Santa Rosa (RS). Graduado em Geografia pela UNIJUÍ.

1 INTRODUÇÃO

O Liberalismo e o Intervencionismo são duas correntes de pensamento extremamente ligadas ao Planejamento Econômico Estatal, foi à mudança desse pensamento que abriu as portas ao Liberalismo e ao Intervencionismo, tanto que, nos anos 1970, o então presidente dos Estados Unidos, Nixon (Republicano, conservador), se considerou um keynesiano, interessando-se por esta política de planejamento econômico que foi muito bem discutida por Keyse.

Com a mudança do pensamento Estatal da pós-modernidade, nasceu uma grande preocupação para a classe burguesa que, até então, tinha poderes absolutos sobre o planejamento econômico de suas indústrias e organizações mesmo incipientes, tendo em vista o mercado atual, e, foi a defesa apaixonada de Keynes sobre o tema, que norteou a mudança de comportamento dessa classe, devido à precisão de seus conceitos mediante a análise da gradação do controle estatal e de sua política de prioridades, que não se detinha apenas em beneficiar uma classe social, mas à nação como um todo.

Assim, este artigo traz alguns aspectos sobre a proeminente discussão de Keynes e de outros autores sobre a política do Liberalismo e do Intervencionismo que cresceu sua importância com o advento da evolução do regime capitalista do mundo pós-moderno.

2 A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO LIBERAL E INTERVENCIONISTA

A discussão com relação ao tema se tornou crucial desde que começou a grande depressão econômica que vem afetando o mundo todo, principalmente, nas economias centrais que sempre estiveram à frente de todo o processo de avanço do capitalismo. Para entendermos a crise em que passa o sistema capitalista, necessariamente, devemos analisar e entender o período que a antecede, no qual substancialmente, devem se assentar às causas da grande derrocada daquele que seria o modelo socioeconômico ideal para as democracias ocidentais.

O século XVII foi marcado por importantes transformações desencadeadas na sociedade européia que balizaram os fundamentos para consolidar a moderna sociedade capitalista. Essas transformações tiveram múltiplos aspectos, ou seja, o social, o cultural, o religioso e principalmente, o econômico. As velhas estruturas feudais definitivamente começaram ser substituídas pelo surgimento de novas atividades econômicas, entre as quais, o comércio se consolidou como uma atividade econômica que balizou toda organização socioeconômica da época; a igreja perdeu sua centralidade na condução da vida social da

época, momento em que suas concepções são duramente abaladas pelos novos pressupostos da razão, agora, fundamentada pelos processos metodológicos e científicos que colocaram o homem no centro do universo.

No fim do século XVII, o direito divino dos reis foi substituído pela liberdade natural e pelo contrato social; e o direito divino da Igreja, pelo princípio da tolerância e pelo ponto de vista de que uma igreja é uma sociedade voluntária de homens que se reúnem de maneira absolutamente livre e espontânea. Cinquenta anos mais tarde, a origem divina e a voz absoluta da moral deram lugar aos cálculos da utilidade. Com Locke e Hume estas doutrinas deram origem ao individualismo. Os direitos individuais presumidos pelo contrato social, a nova ética, que não passava de um estudo científico das conseqüências do amor-próprio racional, colocavam o indivíduo no centro do mundo (SZMRECSÁNYI, 1978).

Nesse contexto, principia a Revolução Industrial que atinge seu auge por volta de 1770/1780, na Inglaterra, mas, ligeiramente, se espalha por quase toda Europa Ocidental, Estados Unidos da América e Japão. A Revolução Industrial transformou substancialmente a vida social e econômica dos países precursores. No campo social, consolidou-se a classe burguesa industrial ávida por lucros e acima de tudo, viu seus caminhos livres, questionando e colocando em xeque os regimes absolutistas, os quais rigidamente exerciam o controle sobre todas as atividades econômicas da primeira fase de acumulação capitalista na qual o Estado intervinha estreitamente através da política mercantilista.

A classe burguesa, oriunda do próprio Estado burguês, vê que seu próprio berço não lhe serve mais, tendo em vista que o intervencionismo do Estado passa a ser um limite para novos investimentos. Nessa perspectiva aliaram-se, estrategicamente com outros setores da sociedade, que juntos, reúnem forças para dissolverem o Estado Absolutista e a implementação dos regimes democráticos e liberais. Era tudo que a classe dos industriais queria, a liberdade para seus negócios. Nesse viés, surge a fase do chamado liberalismo econômico e com ele o *laissez-faire* que caracteriza perfeitamente esse período.

O liberalismo econômico foi o princípio organizador de uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado. Nascido como mera propensão em favor de métodos não-burocráticos, ele evoluiu para uma fé verdadeira na salvação secular do homem através de um mercado auto-regulável (POLANYI, 1988, p. 141).

Foi nos anos de 1830 que o liberalismo econômico se tornou pura obsessão para a sociedade industrial da época, e, o *laissez-faire* se tornou um credo militante. Foram décadas em que os países centrais viveram uma grande transformação que resultou do crescimento tecnológico e industrial, que, além de mudar as estruturas produtivas, provocaram grandes transformações sociais.

É importante destacar aqui, que esse mesmo período é seguido paralelamente pela condição da paz que se estabelece no mundo. Mas, é também, pertinente observar que a paz desse período foi uma conquista de instituições como, O Concerto da Europa que tem dado uma grande contribuição para tornar efetivo o interesse pela paz, principalmente, nos períodos mais tensos. Paralela a essa instituição e, embora no anonimato, a *haute finance* também teve seu papel crucial no sentido de garantir a paz, mas com estratégias diferenciadas, ou seja, o equilíbrio-de-poder era perseguido através do contato íntimo da diplomacia (governos) e sistema financeiro.

A *haute finance*, uma instituição *sui generis*, peculiar ao último terço do século dezanove, e ao primeiro terço do século vinte, funcionou nesse período como o elo principal entre a organização política e a economia do mundo. Ela forneceu os instrumentos para um sistema internacional de paz (POLANYI, 1988, p.29).

Tanto o Concerto da Europa quanto a *haute finance* deixavam transparecer que tinham implícitos os interesses em que o Estado, embora de forma indireta e através da sua diplomacia, interviesse para deixar o mundo numa situação de paz, embora essa pretensão restringia-se mais efetivamente à classe capitalista. A *haute finance* se mostrava mais eficiente, porque tinha uma atuação constante, detectava e conciliava os conflitos potenciais através das negociações em torno dos novos investimentos.

Ainda, segundo Polanyi (1995), o objetivo da *haute finance* era o lucro, porém para atingi-lo se fazia necessário um bom relacionamento com os governos, em que, cujos seus interesses era o poder e a conquista. O comércio, por sua vez, também dependia de um sistema monetário internacional que não podia funcionar numa situação de guerra generalizada, portanto, para o comércio se expandir também passou a ser atrelado ao sistema financeiro internacional e a se beneficiar da situação de paz construída pelo sistema financeiro.

Essa fase do capitalismo marcada pelo grande progresso material (1750/1850), segundo os liberais é resultado do liberalismo econômico e da iniciativa individual. Pouco ficou a dever à influência do Estado, ou à sociedade organizada como um todo. Com este pensamento “os filósofos e os economistas nos diziam que, por diversas e profundas razões, a empresa privada sem entraves iria promover o maior bem para a sociedade toda. O que poderia ter sido melhor ao empresário?” (SZMRECSÁNYI, 1978).

Para os intervencionistas, o liberalismo atingiu seu auge porque houve a participação dos Estados que tiveram crucial importância no sentido de implementar estratégias para garantir a estabilidade política e econômica conquistada através de sólida relação entre o Estado e o capital financeiro que buscava espaços novos para sua expansão.

Contudo, o final desse período, começa a dar sinais de crise. As idéias liberais passam a ser questionadas pelos que defendem o intervencionismo do Estado na regulação econômica. Na Inglaterra do século XIX, o dano causado às instituições sociais e ao bem estar humano, pelo livre mercado, desencadeou movimentos políticos e sociais que forçaram certa regulamentação que amenizaram o impacto sobre as instituições sociais e sobre as necessidades humanas. Isso deixa explícito que, o *laissez-faire* e o liberalismo econômico não são compatíveis por muito tempo, e, a situação de pleno emprego passa a sofrer um retrocesso. Nesse contexto, a classe trabalhadora numa extensão maior, ou menor, tornou-se representante dos interesses humanos comuns que estavam em desamparo.

Nesse viés, cada classe social, todavia, mesmo inconscientemente, representou, numa ou noutra ocasião, interesses que iam além dos seus próprios.

Ganham terreno em relação ao tema as teorias de Keynes e Polanyi. Nenhum dos dois defende o livre mercado na sua forma pura. Embora, ambos por serem liberais, fazem críticas ao livre mercado. Argumentam que o liberalismo econômico não funciona por si só, mas que existe a necessidade da sua regulação, portanto, da intervenção do Estado para que possa conseguir a situação de pleno emprego. Polanyi, por sua vez, argumenta que a regulação do mercado deve acontecer na perspectiva da proteção social. O movimento *anti-laissez-faire*, portanto, é uma reação espontânea da sociedade ao mercado auto-regulável, já que se mostrou incapaz de atender as necessidades do conjunto da sociedade. As medidas de proteção social correspondiam simplesmente às necessidades de uma civilização industrial às quais os métodos dos mercados não eram capazes de atender.

O pensamento *laissez-faire* foi substituído pelos pensadores “neoliberais” como Hobhouse, Hobson, Bosanquet, Green e Keynes, que estavam propensos a utilizar os poderes do Estado moderar os efeitos das forças do mercado, mitigar a pobreza e promover o bem estar-social. Na primeira década do século 20, os neoliberais encontraram em Lloyd George seu primeiro e maior arquiteto político (GRAY, 1999, p. 26).

O livre mercado sobreviveu até o impacto da grande depressão, inclusive na Inglaterra, reconhecida como a mãe do liberalismo econômico. O colapso mundial de 1929 rompeu ou desmistificou o credo liberal que teve sua fase áurea no século XIX. A crise se constituiu num símbolo para os pensadores anti-liberais reafirmarem em suas teorias as mais contundentes críticas ao mercado auto-regulável, e praticamente, o fim do poder das idéias do *laissez-faire*.

No final do século XIX, o avanço de uma legislação em direção a um sistema de assistência social já mostrava algumas fragilidades do liberalismo econômico, enquanto o sistema econômico hegemônico nas principais economias capitalistas centrais em função das

deficiências do livre mercado fazem crescer os movimentos fascistas de caráter nacionalistas, assim como ganham força os ideais marxistas no meio de uma sociedade em que a concentração da renda e o desemprego se tornam algo preocupante. Como nem o desemprego, nem as instabilidades econômicas da Europa após a Primeira Guerra Mundial, conseguissem abalar a confiança nos mercados auto-reguláveis, coube à tragédia da Segunda Guerra Mundial a função de mexer na teoria econômica clássica. Mas, Keynes, antes de tudo isso, já tinha em seu pensamento econômico consistentes críticas ao mercado auto-regulável, ou seja, previa antecipadamente em seus estudos que o livre mercado por si só não conseguiria chegar ao pleno emprego e que, por esta razão, se justificava a necessidade da intervenção do Estado.

Keynes considerava a política fiscal (isto é, o gasto, a taxação e o empréstimo estatais) como a arma mais importante contra o desemprego. Sua explicação geral da necessidade de uma política fiscal positiva tem o seguinte teor: em um nível de rendimento correspondente ao pleno emprego, a disparidade entre o total do rendimento e o total do consumo é tão grande nas economias industriais adiantadas que o investimento privado é insuficiente para cobri-la. Se se quer evitar o desemprego, é preciso lançar uma ponte sobre tal disparidade, ou cobrindo-a com o gasto estatal, ou reduzindo seu volume pelo incremento da propensão a consumir (DILLARD, 1964, p. 95).

A política econômica do *New Deal*, aplicada nos Estados Unidos no início do período da grande recessão, expressa bem o pensamento keynesiano. Segundo Keynes o Estado precisa interferir na economia e, para tanto, deve elaborar um conjunto de medidas das quais ele pensa que seria melhor para que o mesmo pudesse apropriar-se delas para fazer sua intervenção, mediante empréstimos de forma que o mercado também pudesse se beneficiar.

A incapacidade do sistema econômico para alcançar um alto nível de emprego em qualquer tempo, durante o decênio de 1930, indica que o pleno emprego somente se pode alcançar com um volume muito maior de gasto mediante empréstimo do que é utilizado sob o programa do *New Deal* nesse período (DILLARD, 1964, p. 121).

Ao fazer essa referência, Keynes repelia uma de suas teorias, a de aceitar a ‘bomba’, por outro lado, o período de crise reforça a sua teoria de que todo o gasto público teria um efeito multiplicador; demonstrar de maneira concludente que o gasto público numa escala adequada elevará rapidamente a produção e a renda a um nível correspondente ao pleno emprego. O processo de recuperação da economia norte americana, assim como outros exemplos (Brasil, anos 1930, 1940), dão pleno reconhecimento às teorias keynesianas que consideram crucial a intervenção estatal para que qualquer economia funcione numa situação de pleno emprego, e, principalmente, no emprego equilibrado dos fatores de

produção, para que fique menos propensa a crises profundas. Tem-se, portanto a partir dessa situação, o rompimento de Keynes com a teoria clássica. Ele havia assimilado a convicção de que o *laissez-faire* era insatisfatório para abordar os problemas da sociedade econômica moderna.

Outro aspecto importante da política econômica de Keynes reside na distinção entre atividade financeira e atividade industrial. Defende o capitalismo industrial, porque, nele existe uma atividade que visa à manutenção do processo normal de produção, distribuição e trocas correntes e do pagamento aos fatores de produção de seus rendimentos pelas várias tarefas que executam desde o início da produção até a satisfação final do consumidor.

É relevante destacar, também, que o momento da grande depressão, inclusive a sua fase anterior, já vem paralelamente seguido pelo regime socialista soviético, que também em parte, é produto da ineficiência do liberalismo econômico. Com relação a isso, Keynes considerou a propriedade social dos meios de produção como um problema sem importância. Apesar do seu alto grau de intervenção estatal, a filosofia econômica e social keynesiana sempre foi fundamentalmente individualista. Chegou a dizer que, o comunismo russo seria como uma nova religião, e não uma forma mais eficiente de organização econômica. Comparou com o credo liberal do século XVIII.

A crise que se estabeleceu nos países centrais nas primeiras décadas do século XIX, conforme Keynes havia previsto, tinham no seu conjunto, fatores advindos do próprio credo liberal. Nesse contexto, surge uma nova classe de pensadores no seio da própria economia política burguesa que, admitia a ineficiência do liberalismo econômico que se configurava cada vez mais quanto se aproximava a (in)esperada crise de 1929.

Entre os propositores da Nova Política Econômica, destacaram-se Piero Sraffa, Joan Robinson e Edward Chamberlin. Ao criticarem a concorrência capitalista, sua imperfeição e ineficiência quanto ao que julgava a teoria neoclássica, elaboraram a Teoria da Concorrência Imperfeita. Ao mesmo tempo Joseph Schumpeter, Michael Kalecki e John M. Keynes, elaboram a Teoria do ciclo econômico, na qual defendem a idéia de que o Estado deve interferir na atividade econômica nos momentos de contração, de recesso que naturalmente, acontecem. Portanto, a grande depressão de 1929, consagrou a teoria keynesiana, tornando-o um dos pensadores, cujas idéias foram reconhecidas no mundo todo, principalmente no *New Deal* aplicada pelo presidente Roosevelt, na década de 1930 nos Estados Unidos da América.

Como não podia ser diferente, a crise teve suas repercussões nos países periféricos, principalmente naqueles que já apresentavam um grau maior de desenvolvimento se comparados com os demais países da periferia capitalista, tendo em vista o nível já elevado

do grau de interdependência econômica da época. As economias emergentes, no mundo periférico do capitalismo, sentiram sua economia agro exportadora ameaçada pela grande depressão, onde uma das reações foi o surgimento de uma classe política que via com clareza a necessidade urgente de implementar um acelerado processo de industrialização, procurando diminuir o abismo de 150 anos de atraso com relação aos centros dinâmicos do capitalismo mundial.

A meta de industrialização do país, para efetivar-se, exigia vultosos investimentos, particularmente em infra-estrutura e na produção de insumos básicos. Não havia no país privados suficientes, nem capitalistas empreendedores. Nos anos 30 não havia também disponibilidade de capitais estrangeiros. Em decorrência da crise mundial desencadeado em 1929. Em, conseqüência, a industrialização só poderia ser levada adiante pela ação do Estado. Este foi assumindo progressivamente o papel de principal agente do desenvolvimento capitalista brasileiro. Portanto, um capitalismo capitaneado pelo Estado, quer exercendo a função de produtor (Estado-empresário) quer a função de protetor da indústria nacional em face da concorrência estrangeira. Nas condições existentes na época, só empresas estatais podiam assumir a responsabilidade de investimentos de alto risco, elevado volume de capital, longo tempo de maturação e retorno lento e demorado (BRUM, 2005, p. 206).

No entanto, as economias periféricas, inclusive a brasileira, segundo Brum (2005, p. 206), apresentavam algumas debilidades cruciais, tais como: fragilidade da burguesia iniciante, a fragmentação da sociedade, o baixo nível de coesão social, a fraca base cultural, a forte tradição paternalista, a limitada consciência histórica dos vários segmentos que levavam a crer que as condições objetivas, fossem elas econômicas, sociais, políticas e culturais, deixavam eminente a necessária intervenção de um Estado forte para assumir o processo de desenvolvimento capitalista.

No plano da política econômica, o ideário keynesiano empolgou a intelectualidade latina americana potencializando para uma proposta desenvolvimentista baseada no processo de industrialização. No Brasil, motivados por essa nova mentalidade, sugeriram no seio da sociedade novas forças sociais, entre elas, a incipiente classe burguesa industrial e a classe média urbana (militares) disposta a assumir o novo modelo de desenvolvimento, um dos grandes defensores desse modelo intervencionista foi Roberto Simonsen, empresário da Federação das Indústrias de S. Paulo. Por outro lado, existia a reação das forças conservadoras ligadas à oligarquia agro-exportadora, para a qual o liberalismo econômico era crucial, mas que acabaram se submetendo ao modelo intervencionista do Estado, que acima de tudo, queria um projeto que acelerasse o desenvolvimento econômico (industrial) para o Brasil. Dessa forma, se consolida a ideologia desenvolvimentista intervencionista nacionalista, que marcou a grande transformação econômica promovida pela substituição de importações idealizadas pelo governo de Getúlio Vargas.

Esse período foi substancialmente influenciado pela Comissão Econômica Para América Latina (CEPAL). Conforme Mantega (2001), a CEPAL surge no final da década de 1940, num momento em que o pensamento econômico latino-americano busca sua emancipação dos centros hegemônicos do capitalismo. Torna-se, portanto um marco teórico referencial para a gestação das principais teses sobre o desenvolvimento ou subdesenvolvimento periférico que influenciou a discussão teórica latino-americana. Inicialmente a CEPAL procurava explicar o atraso dos países latino-americanos em relação aos centros desenvolvidos e apontava os pontos de estrangulamento, que, segundo ela, assentavam-se nas deficiências das estruturas socioeconômicas dos países periféricos. A partir de Prebisch, já no período pós-guerra, meados dos anos 1970, a CEPAL faz um diagnóstico sobre a América Latina e da sua relação com os países centrais. Inaugura uma nova interpretação do comércio internacional, questiona a Divisão Internacional do Trabalho e passa a contrariar as leis das vantagens comparativas. Em resumo, para a CEPAL, se as economias periféricas ficarem ao jogo das livres forças do mercado, nunca irão se desenvolver. Convicta dessas demandas, a orientação da política econômica cepalina converge para o apoio das propostas nacional-desenvolvimentistas assumidas por alguns Estados após a grande depressão, tendo como exemplo o México, Argentina e o Brasil, onde as novas classes urbanas industriais já capitaneavam o desenvolvimento. Portanto, a concepção cepalina orienta para um desenvolvimento voltado para dentro, ao mesmo tempo em que vê no Estado um centro racionalizador da economia. Nesse sentido, mostra seu caráter nacionalista de acumulação capitalista em bases locais, em detrimento do imperialismo comercial e financeiro, embora não restringindo por completo.

Essa fase, marcada pelo acentuado intervencionismo do Estado, chega até o primeiro meado da década de 1980, quando ficam explícitas as evidências da crise de legitimação do estado nacional, ou seja, de um Estado não democrático e conservador que se debruçou sobre os interesses do modelo de desenvolvimento capitalista de acumulação.

A intervenção do Fundo Monetário Internacional na administração da economia inglesa em 1979, no governo de Margaret Thatcher, deu início ao rápido fim do consenso keynesiano, o qual defendia a intervenção do Estado na política econômica. Assim, o exemplo britânico tornou-se um ícone do livre mercado mundial, e suas políticas foram reproduzidas em todo o mundo. A crise se efetivou pela alta das taxas de juros internacionais e dos preços do petróleo. Mas, para os críticos do desenvolvimentismo, na América latina, as crises foram causadas pelo populismo dos regimes militares e pela ação predatória de agentes econômicos.

Além disso, o Estado havia esgotado a sua capacidade de financiamento, o peso da dívida externa, a burocracia, tanto do Estado em si, como das empresas estatais deixaram o Estado numa profunda crise. A partir dessa instabilidade econômica e financeira, em 1980 o Banco Mundial elabora um conjunto de idéias, que iria se consolidar em 1989 através do economista John Williamson, reconhecido pela denominação “Consenso de Washington”, para dar conta do conjunto de políticas e reformas propostas pelos organismos multilaterais na renegociação das dívidas externas dos países em desenvolvimento, denominados pelo consenso de países emergentes.

Inegavelmente, a proposta do Consenso de Washington impôs para o terceiro mundo, em particular para a América latina, as novas idéias liberais hegemônicas da política econômica mundial. Iniciando a mais recente fase da política econômica mundial, o Neoliberalismo que trás de volta a *laissez-faire*. O Estado teve que reinventar suas funções, ou seja, criar as condições internas necessárias para efetivação das novas idéias liberais. Agora, constituindo-se num Estado mínimo, descentralizado.

Segundo a concepção neoliberal o Estado deveria entre as principais medidas, se abrir para o comércio internacional; garantir a estabilidade macroeconômica; fazer a privatização das empresas estatais; fazer o ajuste fiscal para garantir o pagamento das dívidas com credores internacionais; eliminar as restrições aos investimentos externos; reduzir os gastos públicos; modernizar a legislação trabalhista para atrair investimentos externos entre outras. O neoliberalismo expôs as frágeis economias dos países emergentes às malogradas políticas competitivas impostas pelas potências econômicas centrais, que mais uma vez, não tem contribuído para o desenvolvimento dos países periféricos.

Pensar propostas de desenvolvimento local/regional no mundo globalizado, pós-moderno em que o Estado recebe outras funções e regido, predominantemente pelas forças hegemônicas do livre mercado, se constitui, a princípio, em um grande desafio. Como construir e articular as forças locais se,

[...] as forças globais reduzem o poder das pessoas de influenciar as políticas de forma democrática, no nível global, em que, hoje, a necessidade é ainda maior, não há instituições democráticas e, em muitas áreas, não há instituição alguma que permita às pessoas exercerem controle, ou mesmo simples influência sobre seus destinos (ARBIX, G., ZILBOVÍCIOS, M., ABRAMOVAY, R., 2001, p. 116).

Observa-se explicitamente, que os formuladores de políticas no nível global e nacional estão nas mãos das grandes empresas transnacionais e do sistema financeiro internacional que jogam com as nefastas regras da competitividade, do crescimento econômico, subestimando os valores sócio-culturais e ambientais, cruciais para a promoção do desenvolvimento da grande maioria da sociedade mundial.

Conforme Bedin (2003), a limitação do domínio econômico é mais um dos grandes desafios a ser superado pela sociedade atual. O domínio absoluto das forças econômicas, da supremacia dos interesses das empresas transnacionais e das relações de consumo, bem como da lógica da eficiência do mercado, torna o mundo um local ideal para os fluxos econômicos de uma elite global.

As forças econômicas globalizantes tornam interdependentes os mercados, desterritorializam as plataformas de produção, em cuja concorrência pressupõe redução dos empregados efetivos, salários, direitos, e da alta produtividade da mão-de-obra. Essa situação leva a exclusão de indivíduos menos qualificados do mercado de trabalho, a destruição de empresas de menor capacidade competitiva, criando um grupo de pessoas descartáveis, excluídas. Portanto, relativizar o domínio exclusivo das forças econômicas mundiais é tarefa crucial para a humanidade. Ou seja, a necessidade urgente de recolocar a humanidade no centro dos acontecimentos e realizar um projeto de sociedade que tenha outras referências que não apenas as relações econômicas e outros valores que não apenas o consumismo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os princípios do Liberalismo e do Intervencionismo, como inerentes à ordem econômica, procuram ofertar meios para que a sociedade possa ter uma existência digna, conforme os ditames da justiça social; funcionam como uma ponte para o acesso desses meios.

O Estado democrático podendo intervir na atividade econômica de forma direta, atuando como empresário e se sujeitando às normas do direito privado, pode intervir de forma indireta, atuando como agente regulador das atividades econômico-financeiras através da sua fiscalização, incentivo e planejamento, pois a função primordial da intervenção estatal na ordem econômica é possibilitar ao Estado controlar as atividades econômicas, de forma a implementar suas políticas públicas, necessárias ao desenvolvimento da sociedade ofertando-lhe a possibilidade de viver com dignidade, de uma forma justa e solidária diminuindo a desigualdade social.

Porém, para que isso aconteça de forma transparente e real, é necessário que seja um Estado democrático de fato, onde os interesses do governo sejam realmente voltados efetivamente para o povo de seu país e não para os interesses pessoais como acontece nos países emergentes onde a corrupção fragiliza os alicerces da política estrutural financeira.

Acredita-se que possa ser essa uma das razões que levam inúmeros autores pautarem as suas obras em temas de repúdio à política econômica excessivamente liberal ou neoliberal, assim como o excessivo intervencionismo do Estado do Liberalismo Intervencionista ou neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

ARBIX, G., ZILBOVÍCIOS, M., ABRAMOVAY, R. (Orgs.) *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: UNESP, 2001.

BASTOS, Celso. *Teoria geral do Estado*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BEDIN, G. A. *A sociedade internacional e o século XXI – em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária*. Unijuí, RS: Ijuí, 2001.

BNDS. *Relatório setorial de organização social*. Março de 2000.

BONAVIDES, Paulo. *Teoria constitucional da democracia participativa: por um direito constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade*. São Paulo: Malheiros, 2001.

BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F. *Elementos do comportamento organizacional*. São Paulo: Pioneira, 1997.

BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CEPAL. *Esboço do programa de desenvolvimento para a economia dos países da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.

DILLARD, Dudley. *A teoria econômica de John Maynard Keynes*. 6. ed. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1964.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1970.

GRAY, John. *Falso amanhecer – os equívocos do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HUGHES, John A. *A filosofia da pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

KALECKI, Michal. *Teoria Dinâmica Econômica: Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1997.

KEYNES, J. Maynard. O fim do laissez-faire (1926). In: SZMRECSANYI, Tamás (org.). KEYNES, J. Maynard, São Paulo: Ática, 1978.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1995.

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. Brasília: Cortez, 2001.

MANTEGA, Guido. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

MANTEGA, Guido. *Custo Brasil - mito ou realidade*. São Paulo: Vozes, 1997.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. As origens da nossa época. 1ª. reimp. Rio de Janeiro: Campus, 1988 (1. ed. em inglês, 1944).

POLANYI, Michael. *A lógica da liberdade*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

SEM, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1991.